



**ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2021
PMN**

1- DOS FATOS:

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa **IZADORA MARTIN DA SILVA**, inscrita no **CNPJ n. 42.805.015/0001-77**, no âmbito do procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão Presencial nº 139/2021, cujo objeto trata-se de **PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A PERMISSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO COMÉRCIO DE AMBULANTES, PONTOS FIXOS E FOOD TRUCK/TRAILER, NA FAIXA ARENOSA, PRAÇAS DAS PRAIAS E BOLSÕES DA ORLA DA PRAIA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, COMPREENDENDO A PRAIA CENTRAL/PONTAL (TRECHO 01) MEIA PRAIA (TRECHO 2) E PRAIA DO GRAVATÁ (TRECHO 03) NO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, COM INÍCIO EM 15/11/2021 E TÉRMINO EM 15/05/2022, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DE NAVEGANTES/SC**, contra a decisão da Senhora Pregoeira que inabilitou a empresa do certame.

Alegou, em síntese, que após o início do Pregão a empresa que apresentou o Melhor Lance ou Oferta fora inabilitada do certame. Após sua habilitação e adjudicação do procedimento, fora surpreendida pela anulação dos atos administrativos e, conseqüentemente, **sua inabilitação por descumprimento da Clausula Quinta, do item 5.3, subitem 5.3.7, do Edital**. Requer a reforma da decisão.

O recurso administrativo foi interposto no prazo e forma legais, tal como previsto no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei Federal n.º 10.520/02, pelo que deve ser conhecido. Em sua irresignação, a licitante afirma ser descabida sua desclassificação do procedimento licitatório, requerendo a revisão da decisão do Pregoeiro.

2- PRELIMINARMENTE

A Pregoeira e a Equipe de Apoio, ao receberem o recurso, verificaram que o mesmo foi protocolado **TEMPESTIVAMENTE** e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-lo, passando a analisá-lo, com fulcro nos fatos e fundamentos a seguir descritos.

3- DO RECURSO:

Em síntese, manifesta-se a empresa arguindo:



Pugna a Recorrente pela decisão do Pregoeiro e Equipe de Apoio com relação a sua inabilitação pela ausência de documento na fase de habilitação, por não apresentar a Certidão junto ao FGTS, exigência esta estabelecida no Ato Convocatório.

Esta é uma apertada síntese do recurso apresentado.

Feitas estas considerações iniciais, passaremos agora a abordar o mérito da exigência editalícia ora atacada.

4- DA FUNDAMENTAÇÃO:

Como se sabe, o edital vincula o procedimento da Administração às regras estabelecidas, visto que só serão válidos os atos administrativos praticados em conformidade com as normas nele estabelecidas.

Imediato perceber, que o edital é a lei interna da licitação.

Importante destacar, todavia, que a Lei Federal 8.666/93 não silencia acerca de eventuais dúvidas, obscuridades ou discordâncias do interessado em uma licitação. Assim, na ausência de solução específica no edital, aplica-se o disposto no art. 41, da referida legislação.

Por analogia, há de serem destacados os ditames legais trazidos pela Lei Geral de Licitações. O artigo 41 da Lei 8.666/93 prevê que: *“A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.” A vinculação, então, funciona tanto para o licitante – que, se descumprir as regras do jogo, pode ficar de fora dele –, quanto para o próprio ente licitador – que, ao também descumprir regra do edital, macula de nulidade o ato, devendo o mesmo ser desfeito e praticado novamente, agora com observância do que havia sido estabelecido”.*

Na lição da professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a consequência da inobservância deste princípio importará no descumprimento “dos princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo, com base nos critérios fixados no edital”.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade da administração, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Nessa linha, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93), a regra é que os licitantes apresentem documentação capaz de refletir, desde logo, o



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

atendimento das condições estabelecidas pela Administração no Edital, igualmente submetida às disposições do instrumento convocatório.

O Edital de Licitação, cláusula quinta, item 5.3, que trata da habilitação, traz o rol de documentos obrigatórios a serem apresentados pelo licitante vencedor, o que de fato restou prejudicado, o licitante que deixou de cumprir as exigências estabelecidas no subitem 5.3.7, que assim descreve:

5.2 Habilitação Jurídica:

5.2.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.2.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social com todas as alterações ou a última alteração consolidada, ou se por transformação transcrito na íntegra, devidamente registrado/ autenticado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.2.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.5 Apresentar Certidão Simplificada atualizada, para fins de comprovação das alterações contratuais. (Se apresentar no Credenciamento, não precisará repetir a apresentação da mesma na habilitação).

5.3 Regularidade Fiscal:

5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp

5.3.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. (Ex: www.sintegra.gov.br).

5.3.3 Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União, Tributos Federais e Seguridade Social – INSS com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CndConjuntaInter/InformaNICertidao.asp?Tipo=1>

5.3.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

<https://tributario.sef.sc.gov.br/tax.NET/Sat.CtaCte.Web/SolicitacaoCnd.aspx>

5.3.5 Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade. (site relativo ao município da sede do licitante).

5.3.6 As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

5.3.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

<https://www.sifge.caixa.gov.br/Cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp>

5.3.8 *Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)*, (instituída pela Lei 12.440/2011), com data da emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

<http://www.tst.jus.br/certidao>

Ocorre que a empresa recorrente deixou de apresentar a Certidão do FGTS - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei, dentro do prazo estipulado no ato convocatório, razão pela qual, acertadamente, foi considerada inabilitada, sendo desclassificada do certame.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes. É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência do instrumento convocatório. O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, expressos no art. 3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

Como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências. Com efeito, “aquele que não apresenta os documentos exigidos ou apresenta-os incompletos ou defeituosos descumpre seus deveres e deverá ser inabilitado” ¹

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO: ²

“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial.

¹

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 12ª Edição. São Paulo: RT, 2014, p. 778.

²

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244



O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

(...)

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto". (grifos apostos)

Com isso, restou observado, ainda, o princípio do julgamento objetivo, o qual é corolário do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já que a análise dos documentos se deu com base em critérios indicados no ato convocatório.

Por isso, importante a análise minuciosa do Edital pelo empresário. Absurdo o entendimento de que qualquer vício deve ser objeto de imediato protesto (se ele for oculto ou obscuro, passando despercebido?) sob pena de constituir obstáculo a questionamento posterior. Não há lógica jurídica aceitar cláusulas editalícias que firam a Constituição e seus princípios, sob o argumento do cumprimento da vinculação ao instrumento convocatório. Atos dessa natureza são nulos. Não podem sofrer a restrição da decadência, ainda que ninguém os alegue, em princípio. É questão de direito e não de fato. Tal vício macula o certame desde do início.

DA DECISÃO

Assim, passa a Comissão de Licitação e Julgamento, à análise e julgamento das razões apresentadas no Recurso protocolado no dia 18 de novembro de 2021, em face da sua decisão proferida no dia 17 de novembro de 2021.

Pela análise do recurso administrativo, e considerando as razões expostas pela Recorrente, a Comissão resolve manter a decisão proferida no dia 17 de novembro de 2021, devendo a mesma ser **DECLASSIFICADA** pelo não cumprimento de cláusulas editalícias e da legislação pertinente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Isto posto, sem nada mais evocar, a Comissão de Licitação e Julgamento, conhece do recurso interposto, para **NEGAR PROVIMENTO**, mantendo a decisão anterior, proferida no dia 17 de novembro de 2021, ratificando os termos do Ato Convocatório e consequentemente, pela manutenção da decisão exarada no Pregão Presencial n. 139/2021.

Em última análise, não cabe a esta Pregoeira e Equipe de Apoio tomar qualquer decisão aos relatos trazidas à baila pela recorrente, envolvendo funcionários desta Administração. É, sim, caso de encaminhar aos responsáveis legais e autoridade competente desta Administração por se tratar de rito para a sindicância (Processo Administrativo Disciplinar - PAD) que tratam da matéria disciplinar, para que tais fatos sejam apurados, com a instauração, desde logo, de um procedimento administrativo, a fim de levantar as informações que servirão como suporte frente à notícia de suposta irregularidade aplicando a penalidade porventura cabível.

Publique-se no site da Prefeitura Municipal de Navegantes, com encaminhamento da decisão à Recorrente.

É a decisão.

Encaminha-se a autoridade superior para RATIFICAR.

CARLA CLAUDINO

Pregoeira

Equipe de apoio:

ANDERSON MULLER RODRIGUES

PATRICIA APARECIDA GUALBERTO

DANIEL SEIBERT ROCHA

CLAILSON ALISSON VELOSO

RATIFICANDO

DITMAR ALFONSO ZIMATH

Secretário de Administração.